



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
GABINETE DO MINISTRO

*DIRECTIVAS PARA A ELABORAÇÃO DO OGE/2017*

**1. QUADRO DE REFERÊNCIA**

- A. No quadro da Reforma da Administração Financeira do Estado e de modo a permitir uma correta elaboração, apresentação e execução do Orçamento Geral do Estado para o ano 2017, a sua elaboração deverá obedecer ao que consta na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 22.º da Lei 03/2007 e perspetivar uma evolução gradual para uma abordagem de Orçamento Programa.
- B. Assim, torna-se necessário proceder à elaboração do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2017, respeitando os prazos legais estabelecidos e, considerando, o disposto no número 1 do artigo 21º da Lei 03/2007 - Lei do SAFE.
- C. A previsão de despesas para o ano 2017 é calculada na base do ritmo do crescimento da actividade económica, bem como da inflação e demais indicadores macroeconómicos previstos para o ano, tendo em atenção o objectivo do programa do governo, que se consubstancia em 2 (dois) grandes eixos: i - ***Aposta no Crescimento Económico Gerador de Emprego*** e, ii - ***Aposta na Coesão Social e na Credibilização Externa de STP.***
- D. Em linha com a II Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, o Governo considera que STP deve colocar o foco no crescimento económico como condição fundamental para a criação sustentada do emprego e para assegurar a eficácia do combate à pobreza que ainda afecta franjas importantes da nossa sociedade. O Governo assume o compromisso de introduzir uma nova Política de crescimento, do emprego e da competitividade da nossa economia, assente fundamentalmente nos seguintes pilares: i) *Reforço do sector privado nacional mediante o fortalecimento das PME's, particularmente do sector da transformação e dos serviços;* ii) *Atração massiva de investimento privado estrangeiro;* iii) *Aumento da produtividade nacional e promoção e relance das exportações e,* iv) *Formação, capacitação e valorização do capital humano.*
- E. Por conseguinte, o crescimento económico gerador de emprego se obriga a uma mobilização de recursos externos, destinado a transformar e melhorar as condições de vida dos São-tomenses. Pelo que, o Governo considera a coesão social como factor determinante para implementação desta política.